

INÉDITOS DE MOUSINHO DA SILVEIRA

As oito cartas que julgamos interessante dar à publicidade são escritas, como se vê, da capital, pouco antes e



P. M. LARANJO COELHO

depois de nela haver entrado Junot, com as estropiadas, rôtas e famintas divisões do seu desmantelado exército invasor. Curiosas como subsídio para o conhecimento ou confirmação dos factos e successos que se desenrolaram desde que à capital do reino haviam chegado os primeiros rumores da invasão, as cartas que vão ler-se têm, além disso, o especial inte-

rêsse de serem escritas pelo que havia de ser o futuro estadista e ousado reformador da Terceira, José Xavier Mousinho da Silveira, ministro, conselheiro e amigo leal de D. João VI, ministro, amigo, confidente e companheiro de lutas de D. Pedro IV, que em tanto aprêço e estima tinha o seu primeiro ministro, mau grado a sua franqueza às vezes tão rude, as suas maneiras desprendidas e originais, a sua índole tão avessa às exigências protocolares e à atmosfera artificial, falsa e adulatora da côrte. Escritas naquela desalinhada ortografia, tão característica dos escritos de Mousi-

nho e, como o seu traje, tão descurada e original, são estas cartas datadas de Lisboa dos meses de Setembro a Dezembro de 1807, contando Mousinho da Silveira portanto 27 anos de idade, pois nascera em Castelo de Vide a 12 do mês de Junho de 1780. Em 10 de Junho de 1802 conclui na Universidade de Coimbra o seu acto de formatura em leis, requerendo, pouco depois, para ser admitido à leitura do Desembargo do Paço como candidato à magistratura judicial, para a qual entrou como juiz de fora de Marvão por decreto de 18 de Janeiro de 1809 e de que tomou posse no dia 1 de Março seguinte. O ano de 1803, e a maior parte do ano seguinte, passa-os Mousinho na sua vila natal, entretido e preocupado especialmente com um pleito em que interveio como advogado de sua mãe, D. Domingas Angélica Mousinho Subtil, pleito que em 1804 sobe por apelação à segunda instância, motivo principal que obriga Mousinho a vir para Lisboa, aonde fixa a sua residência, segundo cremos, na rua dos Fanqueiros, perto da residência do seu conterrâneo, o desembargador Sameiro, a quem abaixo nos havemos de referir, que morava ao tempo na rua de Santa Justa. Aqui em Lisboa, depois de instaurado e findo o respectivo processo de habilitação à leitura do Desembargo do Paço e admitido a ela, começa Mousinho a praticar nas audiências da côrte, absorvido e preocupado sempre com o pleito da família, pleito que em 1807 ainda estava pendente, como se depreende de uma ou outra passagem das cartas que publicamos. Dava-lhe cuidados e enchia-o de preocupações a causa em questão e sérios motivos tinha, com efeito, para isso, pois que se tratava, nem mais, nem menos, de uma acção de anulação do testamento que deixara sua avó materna, D. Maria Antónia Mousinho da Silveira Tôrres, falecida em Castelo de Vide no ano de 1802, e cuja herança sua mãe reivindicava como sua herdeira necessária.

Pelos dizeres da primeira carta, datada de 16 de Se-

tembro, depreende-se que lhe fôra favorável o acórdão proferido no processo de revisão da causa de sua mãe, o qual, mandando anular a sentença da primeira instância por ser contra direito, julgava firme e valioso o testamento que a referida sua avó fizera e conseqüentemente considerava a filha como sua herdeira necessária.

Além da justiça que essa decisão representava para o ofendido direito da mãe de Mousinho, não teria sido também estranho ao bom resultado do pleito o valioso patrocínio do Desembargador Sameiro, ao qual Mousinho tão reconhecido se mostra nestas oito cartas que lhe dirige. Era o desembargador António Xavier da Costa Sameiro, conterrâneo de Mousinho da Silveira, como já dissemos, um dos magistrados mais cultos do seu tempo, doutor na faculdade de leis depois de para isso ter prestado as mais brilhantes provas, e pertencente, como sua mulher D. Maria Xavier Abelho, a uma das mais distintas famílias da governança da sua vila natal. Já seu pai, o Dr. Manuel António Sameiro, natural da vila de Borba, havia logrado fama de magistrado íntegro e sabedor nos cargos que desempenhara de corregedor de Castelo-Branco, corregedor do cível da côrte, sendo também familiar do Santo Ofício (1).

Seguiu o filho, como acabamos de ver, as tradições de bom magistrado e o nome respeitado que seu pai lhe deixara, exercendo o desembargador António Xavier da Costa Sameiro, ao tempo em que as cartas lhe são dirigidas para Castelo de Vide, onde se encontrava em gôzo de licença, os altos cargos de desembargador da Casa da Suplicação e corregedor da 1.^a vara cível da côrte. Na pessoa do seu conterrâneo encontrava Mousinho um prestimoso e dedicado amigo e

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Leitura de bachareis*, Maço 20-A, n.º 35 e Maço 29-M, n.º 2.

Habilitação do Santo Ofício, Maço 101, 1874-M.

protector desvelado, sobretudo depois da morte de seu pai, o Dr. Francisco Xavier de Gomide, médico do hospital militar da praça de Castelo de Vide, ocorrida em 2 de Maio de 1799, quando Mousinho contava portanto 19 anos de idade (1).

Na primeira carta, a que nos reportamos, alude Mousinho a alguns sucessos que se deram em Lisboa no ano de 1807 e que tiveram a sua origem, o que julgamos oportuno aqui lembrar, na situação que Portugal criou pela sua recusa em declarar a guerra à Inglaterra em 1801.

Como é sabido, o resultado desta atitude foi a França, coligada com a Espanha, declarar-nos guerra. Um exército de 15.000 franceses, sob o comando do general Leclerc, cunhado de Napoleão Bonaparte, atravessa os Pirinéus em direcção a Ciudad Rodrigo, ao mesmo tempo que o exército espanhol se concentra em pontos diferentes da fronteira, na Galiza, em número de 10.000 homens e em Badajós na fôrça principal de 40.000, sob o comando em chefe do Duque de Alcudia.

Perante esta situação e na impossibilidade de sustentar a luta, viu-se o nosso país forçado a aceitar o tratado de Badajós em virtude do qual se perdia, a favor da Espanha, a praça de Olivença, com o seu território e nos comprometíamos a fechar todos os nossos portos à navegação de Inglaterra. É entretanto enviado o general Lannes para Lisboa, como embaixador extraordinário, cujas prepotências tão odiado e tão conhecido o tornaram. Em Abril de 1805 reconhecendo Napoleão a inabilidade do seu embaixador, substitui-o por Junot, general que pouco tempo se demora entre nós, pois que, em Agosto seguinte, abandonava o seu pôsto em Portugal, atraído pelas campanhas que Napoleão ia desenrolando na Áustria com tanta glória para os seus

(1) Obra do autor intitulada, *Mousinho da Silveira*, vol. VI, dos *Grandes Vultos Portugueses*, pág. 11.

exércitos. Em 1807 Napoleão Bonaparte, já no fastígio do poder e elevado à suprema dignidade de imperador dos franceses, exigiu que Portugal aderisse ao bloqueio continental e fechasse não só os portos dos seus domínios aos súbditos ingleses, como também prendesse todos aquêles que nêles se encontrassem, com a dura e severíssima pena, ainda por cima, do confisco de todos os seus bens. Apesar do nosso govêrno, de procedimento débil, cheio de demoras e tergiversações, ter cedido à primeira daquelas exigências, Napoleão Bonaparte manda invadir Portugal por um exército comandado por Junot, declarando, pelo célebre tratado de Fontainebleau de 27 de Outubro do referido ano, que havia cessado de reinar no país a casa de Bragança e que o Reino de Portugal se considerava riscado do mapa da Europa para ser repartido entre a França e a Espanha. Já anteriormente, no mês de Agôsto dêsse ano, Napoleão, interpretando o procedimento hesitante do nosso govêrno como um pretexto dilatório para se ir esquivando às suas exigências, mandara proceder a um embargo das embarcações portuguesas que se achavam em Nantes, Baiona, Anvers, Cherburgo e Caen, sem prévia declaração de guerra, não obstante as representações do embaixador português em Paris, D. Lourenço de Lima, secundadas por alguns protestos de vários capitães dessas embarcações.

Perante estes acontecimentos o príncipe D. João, depois rei com o título de D. João VI, de acôrdo com a unanimidade do conselho de estado, lembrou-se de fugir com toda a família real para o Brasil, levando a bela esquadra que Portugal possuía e indo ao mesmo tempo em companhia do monarca muitos nobres e fidalgos, com os bens e riquezas que poderam conseguir transportar (1).

(1) Francisco da Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal*, tom. II, pág. 201.

São todos estes sucessos que Mousinho relata, na primeira carta que publicamos, ao seu amigo e conterrâneo Dr. Sameiro, notícias que em muito alvoroço deviam lançar o seu espírito perturbando a serenidade da sua vida pacata e tranqüila de Castelo de Vide, o repouso do canto sossegado e calmo da sua casa solarenga da Fonte da Vila. Nessa carta refere-se especialmente Mousinho aos preparativos que se faziam e às medidas que se tomavam para se repararem, esquiparem e aprovisionarem os diferentes navios de guerra, mandando-se para êsse efeito vir a esquadra que no Mediterrâneo se ocupava em vigiar e conter em respeito os corsários argelinos e os das mais potências barbarescas. Aludindo Mousinho a esta faina e ao intenso labor que no arsenal se desenvolvia e que só parava à meia noite, acrescenta: *«tudo o que para isto se compra he com dinheiro logo»*.

A explicação dos dizeres de Mousinho nesta carta é-nos dada minuciosamente por Soriano, relatando que a proveniência da receita para tais despesas, que acabaram de esgotar o erário tornando o numerário cada vez mais raro, havia sido o decreto do soberano convidando os particulares a entregarem na casa da moeda as suas baixelas, ou como dom, ou como empréstimo, ou mesmo para serem cunhadas por sua própria conta. O príncipe regente fôra o próprio que para isto dera o exemplo, mandando reduzir a cruzados novos uma parte da argenteria da corôa.

As mesmas pratas das igrejas, e o que nelas havia de mais precioso, chegaram até a mandar-se recolher a certos depósitos, com a única excepção dos vasos sagrados (1).

Era pois exacta a informação de Mousinho: o dinheiro aparecia logo para custear as enormes despesas que se faziam pela secretaria de estado dos negócios da marinha, à frente

(1) Luz Soriano, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, 1.^a época, tom. II, pág. 664.

da qual se encontrava o Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto-Maior.

*
* *

Na segunda carta, datada de 30 de Setembro, refere-se Mousinho à fragata *Minerva* que levantara ferro do pôrto de Lisboa a 18 dêsse mês, sem que o seu comandante soubesse para onde ia.

A missão desta fragata, cujo comandante se chamava Inácio da Costa Quintela, era cruzar nas costas do Brasil e obstar ao desembarque de emissários especiais que tinham saído de Inglaterra para aquela nossa colónia com o fim de a fazer sublevar com sedutoras promessas, levando-a a mudar de estado, e a quebrar as suas ligações com a metrópole. O perigo destas diligências, diz Soriano, era tanto maior, quanto mais conhecidos já eram os trabalhos de um partido, levantado para tal fim em Inglaterra, à frente do qual se achava Mr. Dundas, apoiado por todos os negociantes e fabricantes, partido que meditava a inteira emancipação das colónias da América, cujo plano era denominado pelos seus fautores sistema do Atlântico(1).

O papel-moeda, a que nesta mesma carta Mousinho se refere, havia sido criado por alvará de 13 de Julho de 1797 como expediente para acudir aos embaraços da fazenda pública, ao qual se marcara um juro, mas que não tinha a assegurar-lhe hipoteca alguma, concorrendo para a sua depreciação e descrédito o facto do governo ter emitido muito maior soma que a decretava, o que provocara, logo desde o seu aparecimento, a desconfiança pública. Êste papel che-

(1) Luz Soriano, *ob. cit.*, pág. 653.

gara ao enorme desconto de 60%. Continua Mousinho informando o seu amigo Sameiro na mesma carta que os ingleses estavam na maior inquietação, o que se justificava pelas notas que o governo português recebera de França para que Portugal aderisse ao bloqueio continental mandando não só fechar os portos dos seus domínios aos navios ingleses, como também prender os súbditos da nação inglesa, confiscando-lhes conseqüentemente os bens.

Os dizeres de Mousinho na última parte desta carta relativamente ao sossêgo que havia em Maфра, para onde caminhavam os conselheiros a par dos órgãos, têm a sua explicação no facto da família real ali ter fixado a sua residência. Os primeiros seis órgãos que D. João V havia mandado colocar no templo eram tão feios na aparência e tão destituídos de arte que D. João VI tratou de fazer a sua substituição, mandando construir, sob a direcção de Machado e Fontanes, os órgãos a que Mousinho alude nesta carta. Sumptuosos e de riquíssimas madeiras os seis órgãos que foram substituir os antigos começaram a construir-se em 1792, ficando prontos em Junho de 1807. O valor do seu custo foi na importância de 30.000.000 réis (1).

Não foi dado ao monarca, que tão generoso se mostrou para que essa substituição se fizesse à altura do grandioso templo, apreciar em sossêgo e em dôce enlêvo espiritual os sonoros e graves sons dos magníficos órgãos; bem depressa elles tiveram de se calar de todo, depois da festa de S. Francisco, que se realiza a 4 de Outubro, única e última em que se fariam ouvir em solenidades da côrte, pois que muito em breve notícias as mais pessimistas vinham lançar os espíritos nas maiores preocupações. Avisado

(1) Joaquim da Conceição Gomes, *Noticia acêrca dos órgãos da basilica de Maфра*, in-«Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses», tòm. I, pág. 157 e 174.

o príncipe regente naquela vila pelo tenente coronel Lecor da marcha rápida do exército francês e das suas intenções hostis, começaram logo a expedir-se ordens para se preparar a esquadra e encherem os porões dos seus navios com a bagagem bem recheada para o embarque da família real em direcção ao Rio de Janeiro, embarque que se havia de realizar a 27 de Novembro seguinte.

*
* *

A terceira carta é datada de 1 de Novembro e o edital a que Mousinho se refere foi passado em Mafra a 20 de Outubro anterior, pelo qual anunciava o príncipe regente que, encontrando-se incapaz de manter por mais tempo a neutralidade, resolvera aliar-se à causa do continente e fechar os seus portos aos navios da Inglaterra, tanto aos de guerra como aos mercantes. Começaram pois a sair de Lisboa os ingleses, ficando no entanto ainda na nossa côrte o ministro da sua nação, lord Strangford, até 11 de Novembro seguinte, dia em que embarcava, com todo o pessoal da legação, para bordo da esquadra inglesa do comando de Sidney-Smith.

Diz Mousinho nesta carta que, já depois de publicado o edital a que acima nos referimos, haviam saído navios ingleses para a América. Assim succedeu, com efeito; o governo português, fiel à promessa que tinha feito à Inglaterra de não sequestrar as propriedades britânicas, nem prender os súbditos ingleses, permitira a saída de Lisboa e do Pôrto de quatro grandes combóios, todos elles carregados com os haveres que os ingleses tinham no reino, e, para mais facilmente os poderem embarcar concedera aos donos o favor de uma demora ilimitada no pagamento dos direitos de saída, direitos que em verdade nunca mais foram exigidos.



Na quarta carta, que é a datada de 11 de Novembro, dá Mousinho ao seu amigo a notícia de terem entrado cinco naus de linha da Rússia no pôrto de Lisboa.

Estes navios, com mais outros que entraram no nosso pôrto entre 10 e 13 do referido mês de Novembro, formavam uma esquadra de nove naus de linha e duas fragatas, sob o comando do almirante Siniavin, o qual, vindo do Mediterrâneo, se abrigara no pôrto de Lisboa antes de bloqueado pela esquadra inglesa comandada por Sidney Smith, que para a embocadura do Tejo tinha vindo com o objectivo principal de se assenhorear da esquadra russa.

O Conde de Ega, a que alude Mousinho, desempenhava, como é sabido, o cargo de nosso ministro em Espanha, de cujo govêrno havia recebido, no dia 31 de Outubro anterior, ordem expressa para sair de Madrid dentro de 48 horas e de abandonar o território espanhol dentro de 10 dias.



Na quinta carta dá Mousinho ao seu amigo, naquela forma concisa e lacónica de grande e fulminante novidade, a notícia de terem já embarcado o príncipe regente com a familia real e muitos fidalgos. O duque a que Mousinho alude é o de Cadaval; o Maggessi é o seu conterrâneo Francisco de Paula Maggessi, barão de Vila-Bela, com as honras de grande do reino, marechal do exército, governador e capitão de Mato Grosso com os poderes de vice-rei da Índia, Grã-Cruz da Ordem de Avis, comendador das ordens da Conceição de Vila-Viçosa e Tôrre-Espada.

É esta carta datada de 28 de Novembro, um dia depois de ter tido lugar o embarque da família real, que se realizou na manhã do dia 27, e na véspera da saída da esquadra em direcção ao Brasil, que levantou ferro no amanhecer do dia 29.

*

* *

Na carta seguinte, datada de 1 de Dezembro, alude Mousinho a uma proclamação de Junot, cuja cópia enviava juntamente ao seu amigo Dr. Sameiro para Castelo de Vide. A proclamação a que Mousinho se refere tem a data de 17 de Novembro e nela anunciava Junot aos portugueses, em nome do grande Napoleão, seu amo, que o exército francês viera para salvar a côrte portuguesa e o seu príncipe da influência da Inglaterra e dos seus súbditos, os tiranos dos mares; convidava depois os habitantes da capital e do país a conservarem-se tranquilos, sob pena de castigo para os que pegassem em armas contra os franceses, seus aliados e amigos!

Refere-se também Mousinho nesta carta a várias pessoas, além do duque, (Cadaval), que tinham acompanhado a família real para o Brasil e que deviam ser: Tomás António de Vila-Nova Portugal, desembargador da Casa da Suplicação e fiscal do Real Erário, António José Botelho, Veloso e Joaquim José Nabuco, igualmente desembargadores da Casa da Suplicação.

*

* *

A sétima carta, datada de 9 de Dezembro, é muito abundante de novidades. Por ela se vê que, passados os primeiros momentos de pânico que precederam e se seguiram à entrada de Junot na capital, a cidade tinha recupe-

rado a sua habitual calma e pacatez, para o que muito haviam de contribuir as multiplicadas rondas de noturnos e franceses a que se refere Mousinho.

Os governadores que Junot escolhera para constituírem o seu primeiro ministério, depois de dissolvida a regência que o príncipe regente havia nomeado, foram: Pedro de Melo Breyner, no interior; o Conde de Sampaio, na guerra e marinha; e o principal Castro, na justiça. Herman, a que alude Mousinho, fôra nomeado por Junot, por decreto com data de 1 de Dezembro, comissário francês junto ao conselho da regência, ao qual se agregou como vogal, e pouco depois, por outro decreto de 3 do mesmo mês, introduzido também no govêrno do erário com o título de administrador geral das finanças.

Mousinho, por último, refere-se nesta carta à contribuição forçada que Junot lançara, a título de empréstimo, sôbre os moradores de Lisboa, na importância de dois milhões de cruzados, para sustentação e arranjos do seu exército, quantia que imediata e pontualmente lhe foi paga pelo corpo do comércio, não havendo desde então por diante, no dizer de Soriano, fôrças capazes de pôr cobro ao espírito de rapina que foi sempre crescendo em todo o tempo que os franceses se conservaram no país.

No entanto Mousinho achava os franceses *boas gentes*, mais ou menos afeiçoado já à corrente das ideias novas e ao progresso liberal da revolução francesa que encontravam a sua expressão democrática na igualdade civil consagrada pelo código de Napoleão. Essa simpatia pelas novas doutrinas que o exército de Napoleão ia infiltrando nos países invadidos, gérmes que no espírito de Mousinho haviam de, mais tarde, gerar a obra demolidora da sua legislação liberal, não impediu, porém, que êle, sendo juiz de fora de Marvão, ao ver o país assolado, invadido e tiranizado pelos franceses, se não mostrasse um inimigo intransigente dos invasores da

sua pátria, como veremos no ligeiro comentário da carta seguinte.



Tem a data de 16 de Dezembro esta última carta, aludindo nela Mousinho aos motins e tumultos que se haviam dado no dia 13 do referido mês na capital ao arrear no castelo de S. Jorge a bandeira portuguesa para ser substituída pela francesa, acto que ali se celebrou com grande pompa. O povo, amotinado e aos gritos de viva Portugal e morra a França, veio desde o Terreiro do Paço pela rua do Ouro até ao Rocio, aonde logo acorreram de tôdas as partes tropas com algumas fôrças de artilharia de campanha. Estes tumultos, apesar dos mortos e da dura repressão que contra o povo exerceram as tropas, repetiram-se durante a noite, o que provocou, no dia seguinte, uma proclamação de Junot declarando que o maior dos crimes era a rebelião e prometendo tirar severa vingança contra todos os que se achassem culpados de terem atirado contra os soldados.

Era o primeiro sintoma de descontentamento e da reacção que assim começava a fermentar nos espíritos contra o jugo opressivo dos franceses, reacção que muito em breve havia de levar Mousinho a dirigir numa enérgica proclamação aos habitantes de Marvão, onde era juiz de fora, as seguintes inflamadas e patrióticas exclamações:

.....
«Senhores da Nobreza, do Clero e do Povo: A nossa Patria está em perigo. O nosso Augusto Soberano está ausente, e eu não sei que tenha havido na Historia circumstancias tão capazes de desafiar os desejos dos bons cidadãos.
.....

«Os malvados francezes não serão comparaveis aos bravos hespanhoes em cujo sangue souberão os nossos passados vingar a injuria de nos terem submetidos por hum tempo. Os Portuguezes não são feitos para escravos.

.....
«Os nossos filhos têm que receber de nós a mais preciosa herança. A sua liberdade, a sua religião, a sua independencia, a sua honra, a sua gloria serão obra nossa. Nós lhes compraremos à custa dos nossos bens, athé do nosso sangue todas estas venturas; elles transmitirão nosso exemplo a seus vindouros, a obrigação de pagar huma tão preciosa divida que nós tambem deixamos paga.

«Os tumulos dos illustres Portuguezes não sofrem as pizadas dos escravos de hum tirano.

.....
«Senhores de Marvão sejamos dignos de nós mesmos, façamos tudo quanto fôr possível a bem da Pátria e do nosso Principe...» (1).

I

Ill.^{mo} Sr. Sameiro:

Escrevi a V. S.^a dando-lhe parte da minha sentença e agradecendo-lhe muito e muito. Escrevi a V. S.^a em resposta áquella em que me fallava no cha, dizendo-lhe que já a esse tempo estava entregue ao Antonio, bem acondicionado. Estimarei que V. S.^a tenha tido saude e que não seja a falta della o motivo de me não ter escripto. Eu contava ir fazer a V. S.^a huma vesita, e a Senhora D. Maria Xavier porem minha May não mandou algum socorro, e aqui

(1) *Ob. cit.* do autor, pág. 34.

fiquei apesar da vontade e saudades que tinha já de ahi aparecer.

Aqui ha hum continuado falatorio sobre novidades. Eu não me atrevo a dar alguma; ou porque parte sejam taes que não devão dar-se; ou por as reputar falças. O que he hum verdade innegavel he a continuação do Embargo dos Navios Portuguezes em França; la está comprehendido o Irmão do Matta.

He verdade trabalhar-se com a maior força, e athe a meia noite em armar toda a nossa Esquadra; e tudo o que para isto se compra he com dinheiro logo.

A minha sentença está embargada; aqui ninguem se lembra de que haja despachos. Com tudo todos dizem que Sua Alteza Real está contente.

Muitas recomendações à Senhora D. Maria Xavier e mais Senhoras e a todos da familia e ao Antonio. Desejarei ter noticias de V. S.^a e preceitos para executar como creado muito humilde, e obrigado.

Lisboa, 16 de Setembro de 1807. — (a.) *Mousinho da Silveira*.

II

III.^{mo} Senhor Sameiro:

Recebi a carta de V. S.^a que me deu muito prazer, por ser depois do maior intervalo que tenho estado sem noticias de V. S.^a Estimo que tenha muito boa saude e socego e todo o prazer; eu vivo com muito boa saude; porem muito triste; e tanto como nunca me vi, e não sei a cauza.

Não me foi ainda possivel pilhar os meus autos para copear as tençoens, porque Maximo os não quer largar, se não depois de Férias; aliás eu tenho grande gosto de remeter as tençoens e o teria já feito, como prometi.

No dia 28 sahio daqui a Fragata Minerva sem o commandante saber para onde; porem com provisões para 4 meses,

e diz-se ter ido para a América, em direitura ao Rio de Janeiro. Nesse mesmo dia sahio um Edital que ampliava o termo de todas as letras vencidas a tres meses alem do vencimento; e isto fez aqui grande bulha, e nessa tarde não valia nada o papel moeda. Ontem esteve todo o dia de 35 athe 40 por cento e hoje pela manhã tambem. Agora começa a ir para baixo, e está por vinte e sete a 29. A razão desta melhora vem de hum a vós hoje espalhada sobre ser filha de negocios d'elle na Hespanha a sahida do Embaixador que se hade verificar amanhã.

Ha quem diga que he pretexto: veremos.

Os inglezes estão na maior inquietação: alguns têm sahido; outros estão para o fazer; e ontem vendeu a sua quinta hum dos mais estabelecidos, que vay a partir. O trigo vai para sima e continua o Embargo nos navios em França. Emquanto a mim as cousas nunca estiverão tão mal. Em Mafra porem tudo he socego. Os conselheiros de Estado caminhão para lá a par dos novos e magníficos Orgãos, que devem tocar no dia de S. Francisco: mas sem duvida, ou no fim do mez que vem hão-de tocar muito: ou se hão de calar de todo.

Chegou de minha Mãy algum socorro; porem não he tempo de sahir daqui para poder estar somente nessa terra 15 dias: mandeme V. S.^a e recomende-me muito á Senhora D. Maria Xavier, meninos e familia. Saudades de Rocha e Senhora, do Liberato e Senhora do Barbosa.

De V. S.^a mais obrigado e humilde creado.

Lisboa, 30 de Setembro de 1807. — (a.) *Mousinho da Silveira.*

III

Ill.^{mo} Senhor Sameiro:

Agora recebo hum a de V. S.^a em resposta à minha de 30 de Setembro, que não foi a minha ultima. Eu estou bom graças a Deos, e depois do inverno começar mudei a dormir

para casa de Sergio de Faria, continuando a trabalhar com o Pereira, que tem mais que fazer e com mais utilidade minha. Se eu não tenho escripto com mais repetição tem sido a causa a ideia de que eu não deveria enfadar tantas vezes a V. S.^a; para o futuro farei mais repetições, visto que V. S.^a mo permite.

As novidades aqui são continuadas, ás vezes contraditorias. Depois que appareceu um Edital, que declarava a impossibilidade de manter a neutralidade, e que Sua Alteza Real accedia à causa do Continente, fexando os portos a todos os Navios Inglezes, têm entrado dous Paquetes, hum dos quais sahio instantaneamente. Agora corre aqui vos constante que o Correo de França que ontem chegou tras a noticia de que sempre vêm Francezes fexar os Portos.

Ante-ontem reprehendeo o Sr. Anadia os Menistros por terem sido tontos em prender Marinheiros, e os trabalhos da Esquadra continuão com fervor. Não existem já Inglezes em Lisboa.

O Irmão do Matta antes de chegar a Nantez foi preza dos Inglezes, alegando varios pretextos, porem nenhum tem relação com estes ultimos procedimentos contra a Inglaterra e por isso crê-se que será restituído.

O papel tem ido para baixo e agora está a 25 por cento. O negócio está igualmente estagnado; contudo já depois do Edital sahirão navios para a América.

Tenho visto as pessoas da amizade de V. S.^a que todas agradecem as suas lembranças e se recomendão muito. Nestas não entrão, nem Liberata e Familia nem Rocha, que ha muitos dias estão em Caneças e na outra Banda. Tenho delegenciado a consulta para Marvão, visto achar-se o lugar declarado vago pelo Dezembargo do Paço, como disse na minha ultima.

Tenho tambem prompta para ir para Maximo a minha causa, pois está feita a Impugnação dos Embargos, que re-

meterei junta com elles havendo Portador para V. S.^a ver huma e outra cousa. Direi quanto antes sobre o sугeito que V. S.^a quer conhecer. Emquanto á repetição de licença por mais falta de companhia que por ahi haja he hum grande bem evitar Lisboa neste tempo, e eu reconheço isto apezar do comodo e do prazer que teria no contrario.

O Antonio Xavier não pode, seguramente, estar por muito tempo em Lisboa, eu gostaria de ficar sendo-lhe o substituto nos negocios que respeitão a V. S.^a quis remeter o chá por Pacheco, que o não pode levar, mas haverá meio, quando V. S.^a mandar. Sinto a saida do Sr. Francisco Xavier e dos Melitares todos, porque he hum mal para elles, e para a terra, Deus queira ao menos retelos aonde estão, porque os que aqui habitão são verdadeiramente lamentaveis pela falta total de providencias. Muitas e muitas recomendaçoens á S.^{ra} D. Maria Xavier, menina e mais familia, e desejarei que a dor não continue.

De V. S.^a o mais obrigado amigo e fiel creado.

De Novembro 1 de 1807. — (a.) *Mousinho da Silveira.*

IV

Ill.^{mo} Senhor Sameiro:

Recebi a de V. S.^a que tinha incluza huma conta para o Antonio Xavier, que entreguei; porem não recebi antes a outra de que fazia menção; talvez fosse culpa do Correio; porque eu sempre tenho procurado cartas, e naquele em que devia receber não tive o nome na lista.

Chegou Pedro Reicha, que me disse tinha escripto no passado a V. S.^a e passa agora bem, e se recomenda. Se antes do Natal apparecer o sem Embargo dos Embargos, tenho projectado ir com elle para sima; e ante ontem, que estivemos, nos lembramos anciosamente de V. S.^a

Aqui estão no Porto 5 Náos de linha da Russia; e diz-se

que está a guerra declarada em Hespanha contra nos. Agora chega de Aldeia Galega o Sergio de Faria de esperar o Conde da Ega, que ainda não chegou; e veio noticia de que ficava em Elvas. Por ahi soarão melhor as novidades de Hespanha que são aqui muito más; porem nada se sabe de certo. Esta gente por aqui he lamentavel pelo seu modo de pençar cuidando que tem chegada a ultima hora, porque não veem os Inglezes. Na Alfandega está ainda ordem de se não despacharem fazendas de Inglaterra sejam de quem forem; porem torna-se a fallar de que se abrem os portos antes que haja invasão, e por miseria da gente todos ouvem isto com prazer.

Eu vou bem de saude e todos os conhecidos de V. S.^a assim vão e se recomendão saudosos.

Eu sobre todos me recomendo e offereço, a Senhora D. Maria Xavier, meninos e familia.

De V. S.^a o mais obrigado servo e amigo muito do coração.

Lisboa, 11 de Novembro de 1807. — (a.) *Mousinho da Silveira*.

V

Ill.^{mo} S.^r Sameiro:

Remeto essa novidade.

Sua Alteza Real está a bordo, e toda a familia Real. O Duque e muitos fidalgos vão com elle. Magessi tambem vay, e creio que hoje. He admiravel a boa ordem que tem reinado na Cidade esta noite de tão grande novidade. Cada hum cuida das suas obrigaçoens como dantes, os tribunaes continuão.

Deos queira que os ultimos cuidados do Nosso Soberano influão athe que elle volte sempre do mesmo modo; e Deus queira que elle seja felis para nosso bem.

De V. S.^a muito obrigado servo.

Lisboa, 28 de Novembro de 1807. — (a.) *Mousinho da Silveira*.

VI

Ill.^{mo} Senhor Sameiro.

Não tenho recebido carta de V. S.^a estes dous Correios. Somente tenho em meu poder a de Pedro Reicha, em que V. S.^a ordena a mudança dos trastes.

Eu já tinha tratado com Manoel Estanislao no cazo de necessidade; mas por agora nada obriga a executala, posto que Pedro Reicha que partio ante ontem deichou ordem na caza para serem recebidos.

Remeto essa proclamação do Junot. Lisboa continua em socego. Sua Alteza Real partio no Domingo. O Duque, e varios fidalgos sahirão; de Menistros sey que foi Tomaz Antonio, Botelho, Veloso, Nabuco, e José Duarte; isto he os que por agora se nomeião. Agora se me dis que já se ordenou o confisco de todos os auzentes; esta he huma novidade terrivel. O papel moeda no dia da partida nada valia; algum que se trocou foi de sessenta por cento para sima; porem hoje fica já a 68. Escrevame V. S.^a e mande dizer o que ha. Eu por mim vivo como dantes, e nada do que tem acontecido me tem encontrado. Saudades á Senhora D. Maria Xavier, meninos e familia.

De V. S.^a o mais obrigado servo, e m.^{to} amigo.

Lisboa, 1 de Dezembro de 1807. — (a.) *Mousinho da Silveira.*

VII

Ill.^{mo} Senhor Sameiro:

Recebi huma de V. S.^a Domingo passado, e sinto que tanto V. S.^a como a Senhora D. Maria Xavier vão mal de saude. Deos queira dar-lhes melhoras, e as felicidades que merecem. Eu a respeito de saude vou sem novidade. Em

Lisboa ha todos os dias muitas. Os Governadores relativamente ás funcões do seu ministerio não guardão Domingos, nem Dias santos. Hum Francez he Ministro das Finanças, e prezide às deliberaçoens do Governo: chama-se Hermão. Está para se afixar hum edital, que contem grandes providencias sobre o luxo, agricultura e artes. Espera-se para menos de metade do que está a carne, e Lisboa está mais tranquila, que nunca esteve, porque multiplicadas rondas de Noturnos e Francezes se fazem de modo respeitar, que ninguém da occasião a que tenham mais que fazer. Os Francezes são boas gentes; fazem grandes illogios à nossa tropa principalmente aos soldados. O Junot quer que todos sejam iguais, e sejam reputados do mesmo Exército.

Pedro de Mello ainda não chegou; e o Principal Castro ainda não tomou posse de Regedor. O Corpo do Commercio deu dous milhoens a titulo de emprestimo, e este corpo está muito arruinado por agora, porque nada se trabalha.

Pacheco fes ir na Esquadra os seus dous filhos mais velhos, e esta falta lhe tem sido muito sensivel. Ontem me assegurarão dous Officiaes, que para essa provincia não hião tropas o que será bom em rasão de não comerem os viveres, porque de resto as terras em que estivessem só farião ganhar. Estão consideravelmente baratas as casas e ha hum sem numero de escriptos.

Pedro Reicha sahio daqui ha cinco ou seis dias. Eu fiquei encarregado da mudança dos trastes, havendo alguma novidade em casa do Manoel Estanislao. Quando vier o João Lopes, ou não vindo, havendo portador remeterei as navalhas.

Mande V. S.^a nova explicação a respeito dos serrotes, porque eu não recebi a carta a que V. S.^a se refere para esta encomenda. Mande V. S.^a tambem dizer se quer que continue a mandar os editais que forem sahindo. Saudades a todos.

De V. S.^a o mais obrigado e humilde servo e amigo do coração.

Lisboa, 9 de Dezembro de 1807. — (a.) *Mousinho da Silveira*.

VIII

Ill.^{mo} Senhor Sameiro:

Recebi Domingo 13 do corrente a de V. S.^a em que vinha inclusa a do Guarda Mor da Relação, e que já lhe entreguei, e elle se incumbio da resposta, que remeterei sem perda de tempo.

Já está entregue na loja do Capellista a tira que deve ter o Padre de S. Paulo, que estes dous dias não tem apparecido na loja. Naquele Domingo recebi tambem aquella de V. S.^a em que vinha a encomenda dos serrotes, de que estou inteirado; porem foi tal a dezordem do Correio, que aquella carta de 9 recebida a 17 chegou-me ás mãos no mesmo dia em que a de 19 do mez passado. Porem como ainda não houve portador não causou maior desarranjo a demora: pelo primeiro que apparecer irão serrotes, navalhas e fithinha, se o Padre a der.

No mesmo Domingo pelo meio dia começou aqui a vil População a estar em movimento contra os Francezes, e deu muitos vivas ao Marquez da Lorna, que nessa hora passou pelo Rocio, quando os Francezes tinham no Castello arvorado a sua Bandeira. Nesse dia á noute houverão algumas desordens, e na 2.^a muito cedo houverão barbaros que ousarão atacar a guarda Franceza do Terreiro do Paço com pedras etc. houverão alguns mortos, e chegou a haver descarga dada pela tropa. Desde então tem-se tomado as maiores precauçoens contra semelhantes amotinadores, que na 2.^a feira fizerão estar todas as portas fechadas. Que nenhum homem de honra entrasse nesta dezordem já V. S.^a sabe: o que lhe

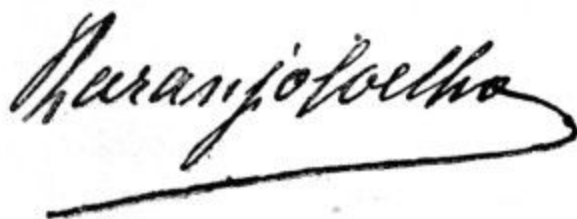
posso dizer he que nem entrou huma pessoa cujo nome se saiba ou se conheça. A vil canalha quer perturbar a bela ordem em que tudo se acha, e comprometeu a felicidade publica. O Junot fez publicar hum Decreto para repremir a dezordem, e estão tomadas as melhores medidas servindo-se premiscuamente das tropas de ambas as Naçoens para conseguir a segurança.

Os trastes por agora vão continuando a estar em casa do Manoel Estanislao. Se partir o Juiz de Fora de Marvão rogo a V. S.^a o favor de me avizar disso. Apesar das boas diligencias ainda Maximo tem a minha cauza e isto me mortifica; pois pretendia ir passar ahi o Natal, fazendo a jornada com o Provedor de Portalegre, que antes hade sahir daqui. Muitas recomendaçoens do Capitão, da Senhora D. Joana, e de todos. A todos os conhecidos, a V. S.^a e a Senhora D. Maria Xavier, a quem eu me recomendo sobre todos, e a quem desejo boas milhoras; igualmente me recomendo a todos os mais Senhores e familia e peço a V. S.^a que me falle do Antonio, de quem não sei nada: parece que morreo. Antonio Xavier vay andando bem e sem novidade.

O Sr. Diogo João que chegou aqui 6.^a feira, 11.^o do corrente, ahi responde. Gamboa está bom; por agora não tem soffrido incomodo pessoal dis que tem susto.

De V. S.^a o mais humilde e obrigado servo.

Lisboa, 16 de Dezembro de 1807. — (a.) *Mousinho da Silveira.*

A handwritten signature in dark ink, reading 'Mousinho da Silveira'. The signature is written in a cursive, flowing style with a long horizontal flourish extending to the right.